

O surto de peste de 1899: a movimentação dos paulistas narrada pelo jornal O Estado de São Paulo

The outbreak of plague of 1899: the movement of São Paulo narrated by the newspaper O Estado de São Paulo

Mônica Teixeira¹

1. Jornalista, mestre em história da ciência pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo

Resumo

Este artigo objetiva analisar o noticiário veiculado pelo jornal *O Estado de São Paulo* sobre o evento "surto de peste em Santos" ocorrido entre agosto de 1899 e fevereiro de 1900, identificando a participação dos atores envolvidos e suas representações oficiais, analíticas e ideológicas. A pesquisa utilizou as edições de *O Estado* do período como fonte primária e realizou uma revisão bibliográfica contextualizada sobre o tema. O Serviço Sanitário agia muito, o que não substituía seus recursos escassos: havia pouco soro antipestoso, sendo que Vital Brasil não levaria menos de três meses para aprontar a primeira partilha. Ademais, muitas dúvidas cercavam sua eficácia, já que o soro Yersin estava em debate. A peste, em si, permanecia poderosa: ao enfrentá-la nos laboratórios, até mesmo os maiores especialistas se puseram em risco. Além de Vital Brasil ter caído doente, Oswaldo Cruz, quando esteve em Santos para informar sobre a situação do surto ao governo federal, ficou vários dias sob suspeita da doença. O Serviço Sanitário entrou no enfrentamento da peste bubônica como quem iria enfrentar a febre amarela e, por isso, embora tenha prometido, não conseguiria

pôr em funcionamento os banhos de desinfecção na Hospedaria dos Imigrantes.

Abstract

This article aims to analyze the news published by the newspaper O Estado de São Paulo about the event "outbreak of plague in Santos" that occurred between August 1899 and February 1900, identifying the participation of the actors involved and their official representations. The research used the editions of O Estado of the period as a primary source and carried out a contextualized literature review on the subject. The Health Service acted a lot, which did not replace its scarce resources: there was little anti-pestine serum, and Vital Brazil would not take less than three months to prepare the first sharing. Moreover, many doubts surrounded its effectiveness, since the Yersin serum was under discussion. The plague itself remained powerful: when facing it in the laboratories, even the greatest specialists put themselves at risk. Besides Vital Brasil having fallen ill, Oswaldo Cruz, when he was in Santos to inform the federal government, stayed several days under suspicion of the disease. The Sanitary Service entered the fight against the bubonic plague as the one who would face the yellow fever and, therefore, although he promised, he would not be able to start the disinfection baths at Hospedaria dos Imigrantes.

Palavras-chave

Peste bubônica. Serviço Sanitário Paulista. Imprensa paulistana. Jornal O Estado de São Paulo.

Keywords

Bubonic plague. São Paulo Sanitary Service. São Paulo press. O Estado de São Paulo.

Introdução

Este artigo objetiva analisar o noticiário veiculado pelo jornal O Estado de São Paulo sobre o evento "surto de peste em Santos" ocorrido entre agosto de 1899 e fevereiro de 1900, identificando a participação dos atores envolvidos e suas representações oficiais, analíticas e ideológicas. Em 1899, O Estado de São Paulo mantinha

o mesmo título desde a proclamação da República. Nos anos do Império, denominava-se A Província de São Paulo. Apesar da mudança do nome este manteve a identificação do bravo matutino. Na leitura da primeira página de sucessivas edições que noticiaram os dias da passagem da peste por São Paulo – primeiro em Santos, depois na capital – entre agosto de 1899 e fevereiro de 1900, encontram-se fragmentos de possíveis respostas. As edições abordam movimentos de grupos paulistas que, de acordo com o jornal, lidaram com as necessidades impostas pela peste e com as pessoas que a contraíram em ambas as pontas da Serra do Mar.

É uma coreografia que O Estado mostra quando acompanha autoridades do governo do Estado, o prefeito da Capital e os responsáveis pelo Serviço Sanitário ao relatar decisões legislativas, listar diligências dos inspetores sanitários pelos distritos da capital e pelas localidades no interior. Aparecem desavenças entre autoridades, sempre pelo cumprimento das responsabilidades. O jornal também dá voz a cientistas mundialmente famosos e aos mais ilustres médicos da elite local. Faz mais: admoesta, exorta à ação. O jornal é acionista e ativista daquilo que se mostra em movimento nas notícias da crise da peste em São Paulo.

Em 1899, *O Estado* circulava todos os dias da semana, em geral como um caderno de quatro páginas – algumas vezes com seis – diagramadas em oito colunas. Em 19 de agosto, dois meses antes da confirmação do primeiro caso em Santos, o jornal colocou "A PESTE BUBÔNICA" pela primeira vez no lugar mais relevante da primeira página: o alto da primeira coluna do lado esquerdo. Os tipógrafos compuseram o título assim, em caixa alta. Daí em diante, a palavra "peste" foi se tornando mais e mais frequente na primeira página do jornal e em lugares diversos entre as colunas. Entre 18 e 31 de outubro, o título se repetiu consecutivamente no lugar mais relevante de cada edição. Sob o título "A peste em Santos", O Estado tratou de aspectos diversos da peste e também das proezas dos paulistas em ação. Em 1 de novembro, o jornal tirou o trecho "em Santos" e, em seu lugar, escreveu de novo "BUBONICA". Com solene responsabilidade de paulistas para paulistas, os redatores informaram os leitores sobre o pior naquele dia: o governo do Estado havia confirmado

1.

A peste logo chegou ao Rio de Janeiro em sucessivas epidemias anuais, assim como em outras cidades do litoral. O Ministério da Saúde editou em 2008 o Manual de Vigilância e Controle da Peste. Atualmente há focos de peste endêmica no Brasil em vários pontos do Nordeste. Já no Sudeste, há um ponto em Teresópolis. Consultado em janeiro/2016.
www.bvsmms.saude.gov.br.

2.

O noticiário nos lembra de algo que com frequência é esquecido por nossa historiografia: as epidemias eram também um problema europeu e asiático. Desde 1894, Bombaim vinha sendo assolada por surtos sucessivos de peste com milhares de mortes e com letalidade de 90%. Portugal adiou o tanto que pôde para "oficializar" a peste no Porto. Já as autoridades napolitanas, em 1911, esconderam uma epidemia de cólera.

o primeiro caso de peste na capital. Pelos próximos 100 dias, a peste rondaria São Paulo. No meio de fevereiro de 1900, o governo federal declarou a peste extinta na capital e em Santos¹ – naquele tempo, cidades com 240 mil e 50 mil habitantes, respectivamente.

A pesquisa utilizou as edições de *O Estado* do período como fonte primária, além de ter realizado uma revisão bibliográfica contextualizada sobre o tema. A narrativa desenvolvida obedece a cronologia dos fatos noticiados sobre o evento, evidenciando alguns temas relacionados à construção do sistema sanitário paulista, contribuindo para a compreensão do seu evoluir e suas repercussões sob as dimensões política, social e científica.

Primeiras notícias: agosto de 1899

A presença da peste se acentuou no jornal a partir de agosto por causa das notícias sobre a epidemia no Porto, confirmada oficialmente por Portugal em 1º de agosto. Na partição de responsabilidade da Constituição de 1891, o estado sanitário dos portos era competência da União. No dia 17 de agosto, o governo federal já havia imposto quarentena a navios vindos do Porto. A notícia de *O Estado* informa que Nuno de Andrade, diretor geral da Saúde Pública, repartição federal, havia sido entrevistado sobre a peste um dia antes com o presidente da República, Campos Salles, eleito em novembro do ano anterior pelo Partido Republicano Paulista (PRP).

No dia 19 de agosto, talvez pela primeira vez, "A PESTE BUBÔNICA" chega ao ponto mais relevante da primeira página do matutino. O jornal relata aos leitores que é incontestavelmente a peste, o horrendo morbo que lavra no Porto desde junho de 1899, apesar das tentativas de Portugal de negar a epidemia².

Afirma não ser possível haver mais nenhuma dúvida, informando que todo o intenso comércio de vinhos entre Portugal e Brasil se fazia principalmente pelo Porto, o que colocava o país sob ameaça. Competia às autoridades da República o Serviço Sanitário marítimo, lembra *O Estado*, e já haviam sido tomadas as medidas para que a peste não chegasse a Santos de navio. Havia fortalezas e vasos de guerra, afirma o texto. Ainda assim, escrevem

os redatores, em nome da proteção daquela parcela dos paulistas de quem o jornal queria ser a voz:

Imagem 1.

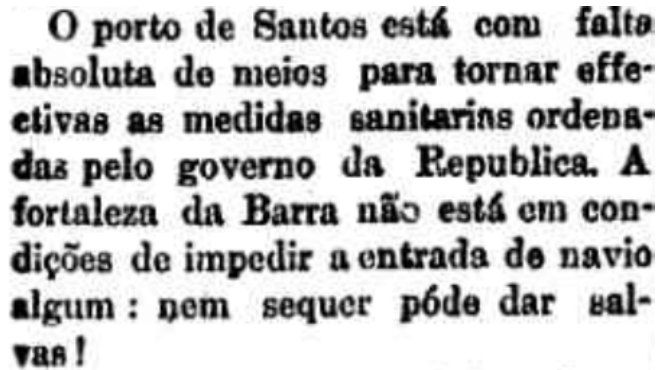
. Trecho de O Estado de São Paulo (1899). "O porto de Santos está com falta absoluta de meios para tornar effectivas as medidas sanitárias ordenadas pelo governo da Republica. A fortaleza da Barra não está em condições de impedir a entrada de navio algum: nem sequer póde dar salvas!"

3.

Ou talvez seja o Estado, esse ente coletivo, quem esteja dizendo

4.

Godinho viria a ser o diretor nomeado pela Diretoria do Serviço Sanitário – designada pela lei 432/1896 como o principal órgão do sistema de saúde pública de São Paulo – para assumir o Hospital de Isolamento de Santos. Emílio Ribas, diretor desde 1898, exerceu sua prerrogativa legal ao nomear Godinho, que dava ao Estado a responsabilidade de avocar postos executivos da saúde para si quando um município sofresse quaisquer epidemias.



O porto de Santos está com falta absoluta de meios para tornar effectivas as medidas sanitarias ordenadas pelo governo da Republica. A fortaleza da Barra não está em condições de impedir a entrada de navio algum : nem sequer póde dar salvas!

Que cada um cumprisse a competência que a República lhe entregou, está dizendo *O Estado*³. À União, constitucionalmente, cabia implementar a quarentena, garantir que navios zarpados do Porto a partir de 1º de agosto atracassem exclusivamente na Ilha das Flores e ali permanecessem até serem autorizados a partir. Dois dias depois, a peste volta às páginas. O assunto de 21 de agosto no lugar de honra do jornal é Agricultura. Mas há espaço para uma nota secundária sobre uma ação federal contra a peste na seção *Notas e Informações*, depois das notícias da Assembleia no Rio.

Artigo científico publicado sobre a peste bubônica

Embaixo do título "A PESTE BUBÔNICA" e por duas colunas desfia-se o artigo assinado por Patrick Manson e por seu tradutor Victor Godinho⁴, dividindo a edição do dia em "Definição, Distribuição Geográfica, Caracteres da Cultura, Peste Experimental". Godinho revela preparo e atenção à produção internacional de Ciência Médica ao escolher o texto de Manson para esclarecer os leitores de o Estado sobre a peste.

"Peste Bubônica" era o nome do terceiro capítulo da seção sobre febre do seu muito influente *Tropical Diseases: A Manual for the Diseases of Warm Climates*, publicado em 1898 – a tradução de Godinho é de 1899. O livro viria a ser considerado a pedra fundamental da especialidade

5. Epidemics in the Western Society, Hist 234, Frank Snowden, 2010. Open Yale Courses. <http://oyc.yale.edu/history/hist-234#overview>

médica que nascia na década final do século XIX na Europa e nos Estados Unidos, a Medicina Tropical. Com a afirmação da Bacteriologia nas décadas finais do século XIX, veio a aceitação da etiologia microbiana das doenças. Na década de 1890 apareceram, por exemplo, provas "elegantes"⁵ de que o micro-organismo causador da malária era transmitido por um mosquito. Antes, em 1883, o próprio Manson havia descoberto que o verme causador da elefantíase tinha também um mosquito como vetor. Assim, foi se constituindo um grupo novo de doenças encontradas em "climas quentes", como especifica o título de Manson, causadas por helmintos ou parasitas e transmitidas por insetos, e que recebeu a denominação de "doenças tropicais", termo coerente com seu tempo: o do Império Britânico, da colonização da África e da Ásia.

A aceitação de que a etiologia de doenças pudesse estar ligada a micróbios que se inoculam no corpo humano não varreu da face do território médico o entendimento dominante dos séculos anteriores. Dessa forma, mesmo no livro de Manson o "clima quente" tem seu lugar, como um rastro dos miasmas, de venenos presentes no ar, que tinham a capacidade de afetar e adoentar a todos da mesma maneira. Foi ainda com base nessa concepção de doença – denominada de não-contagionista, miasmática – (segundo Blount, 1972, o entusiasmo europeu pelas campanhas de higiene, que consagraram medidas relativamente bem-sucedidas de saúde pública, baseadas essencialmente na limpeza do ambiente para o controle de certas epidemias). Na "imundície", aliás, está a causa de a peste, milenar doença europeia, estar no livro de Manson.

Imagem 2.

Trecho de *O Estado* (1899) As condições hygienicas que os progressos da civilização têm trazido em sua cauda expelliram estas duas moléstias da Europa, onde, em certos tempos, ellas eram mesmo mais predominantes do que são hoje em seus retiros tropicaes e subtropicaes. Ellas são exemplos typicos deste grande grupo de moléstias parasitarias agudas e chronicas cujo desenvolvimento depende mais das condições sociaes e hygienicas do que das condições climáticas, e mais especialmente immundicie e accumulãode pessoas; condições que hoje se encontram, em uma extensão e intensidade suficientes para assegurarem a predominância endemica ou e extensão epidêmica destas moléstias, somente nos paizes quentes.

Sobre Distribuição Geográfica, ele escreve, na tradução de Godinho:

As condições hygienicas que os progressos da civilização têm trazido em sua cauda expelliram estas duas moléstias da Europa, onde, em certos tempos, ellas eram mesmo mais predominantes do que são hoje em seus retiros tropicaes e subtropicaes. Ellas são exemplos typicos deste grande grupo de moléstias parasitarias agudas e chronicas cujo desenvolvimento depende mais das condições sociaes e hygienicas do que das condições climáticas, e mais especialmente a immundicie e accumulãode pessoas; condições que hoje se encontram, em uma extensão e intensidade suficientes para assegurarem a predominancia endemica ou a extensão epidemica destas moléstias, sómente nos paizes quentes.

Havia um remédio para a insalubridade do ar, do clima, da atmosfera – os miasmas da sujeira e do amontoamento de pessoas. Incinerar objetos, afogar micróbios, desinfetar casas, lojas, ruas, instalar esgotos, caixas de descarga nas latrinas, remover o lixo eram ações na base do Serviço Sanitário, antes e também depois da microbiologia, do aparecimento da Medicina Tropical e da Parasitologia. Serão também as principais ações que movimentarão os paulistas em *O Estado*. O capítulo do livro de Manson ocupa colunas e colunas da primeira página do jornal por mais cinco dias. Parte por parte foi traduzido e publicado.

Finalmente, em 26 de agosto, Vitor Godinho é quem toma a palavra. Em três edições, até 28 de agosto, sempre no lugar de honra e sob título de "A propagação da Peste", este inspetor sanitário comissionado debate pontos do

texto do médico britânico, relata conclusões publicadas em edições recentes da *Lancet* e do *British Journal of Medicine*, além de apresentar sua resenha crítica. Relata um acidente em que uma equipe de médicos e técnicos em experimentação com o bacilo da peste se contaminou na Universidade de Viena. Afirma a inutilidade dos cordões sanitários e ironiza os ingleses que, por interesse comercial, detestam quarentenas. A julgar por Godinho, os homens médicos em ação no Serviço Sanitário em São Paulo – mulheres não frequentam as páginas do jornal durante a crise da peste em São Paulo, a não ser como vítimas – acompanhavam muito de perto a discussão na Ciência Médica europeia sobre a etiologia das doenças e as medidas para mantê-las contidas.

Características e atores do sistema sanitário paulista

Na representação do jornal nos dias da peste, a ação dos paulistas parece mais dirigida a materializar o sistema sanitário e a estancar a doença do que produzir Ciência. Adolfo Lutz, diretor do Bacteriológico, encarregado da Bacteriologia, aparecerá subindo e descendo a serra ao lado de Emílio Ribas, seu superior, e Vital Brasil, seu auxiliar, nos trens da Santos-Jundiaí. O jornal não se cansava de lembrar aos leitores serem eles "homens de Ciência", que frequentavam o isolamento e faziam em laboratório experimentos com fluidos dos doentes. Mas eram homens de Ciência práticos, decididos, tocadores de obras. Ribas mantém conversas com o Secretário de Negócios do Interior, "Sr. Dr. Pereira de Queiróz", a quem estava subordinado o Serviço Sanitário; Lutz e Ribas apareciam ao lado do presidente do Estado na obra de construção de um centro de desinfecção na Hospedaria dos Imigrantes para os que chegassem de Santos. Ainda pareciam ser eles as fontes não nomeadas que abasteciam o jornal com as notícias dos hospitais de isolamento.

No relato de Blount (1972) – talvez o mais antigo dos autores a enfatizar a excepcionalidade do caso paulista na saúde pública do país –, a construção da legislação de higiene do Estado é contada em suas idas e vidas na repartição das competências entre o Estado e os municípios, e também na urgência imprimida ao processo.

6.
Em Formação da Comunidade Científica no Brasil (p. 122), Simon diz que Lutz "não era bem" um cientista brasileiro.

Entre fevereiro de 1891 – quando a Constituição instituiu a repartição republicana de competências entre Estados e União – e agosto de 1896 – quando foi sancionada a lei 432 por Campos Salles, então presidente do Estado –, São Paulo criou os quatro institutos científicos ligados ao Serviço Sanitário, escolheu seus diretores, montou os laboratórios e aprovou a lei da vacinação e da revacinação obrigatórias, similar àquela que o governo do Rio ainda em 1907 não pôde implantar, impedido pela Revolta da Vacina.

Em São Paulo, a antivariólica começou a ser fabricada no Instituto Vacinogênico sob a direção de Arnaldo Vieira de Carvalho em 1892, funcionando de forma autônoma até 1918, quando foi anexado ao Instituto Bacteriológico. No que pode ser entendido como uma de suas ambições e de suas conexões internacionais, o governo do Estado de São Paulo teria pedido diretamente a Pasteur um nome para dirigir o Instituto Bacteriológico. Felix Dantec passou 4 meses no Brasil, colheu amostras e se foi. Os paulistas haviam tido o bom senso de colocar Adolfo Lutz como vice-diretor⁶. Foi ele Diretor do Instituto Bacteriológico que permitiu a este entre 1894 a 1903 alcançar um desenvolvimento científico. Stepan (1976)

Em seu livro "Gênese da Ciência Brasileira", Nanci Stepan encontra no Instituto Oswaldo Cruz a expressão bem-sucedida de um determinado modelo de organização da Ciência, o "instituto de pesquisa". Este é apresentado pela autora como uma resposta possível para a pergunta sobre como dar condições de vida à atividade de pesquisa em lugares vistos como inóspitos para a Ciência, sendo o Brasil ("subdesenvolvido", "semi-científico") visto como um deles. Apoiada no difusionismo de George Basalla e esperançosa de, por meio do estudo do "primeiro instituto a dar reputação científica ao Brasil no estrangeiro", descobrir chaves para políticas de superação do estágio colonial do desenvolvimento científico, na classificação daquele autor, Stepan argumenta ter encontrado no IOC um desenho de instituto científico criador e mantenedor de suas próprias condições de desenvolvimento em meio ao ambiente insalubre. É Joseph Ben-David que ela acompanha e, como ele, ressalta o relativo "isolamento social" dos que se integram a um instituto de pesquisa

como vantajoso em ambientes em que nem o cientista nem a Ciência teriam suficiente legitimidade social para sustentá-los.

A chave do sucesso do Instituto Osvaldo Cruz – sucesso entendido como sobrevivência e estabilidade na produção de conhecimento útil ao país, em meio ao desinteresse brasileiro pela pesquisa – esteve na complementaridade de suas funções, orquestrada pelo próprio cientista. Exemplos são os cursos de microbiologia que o Instituto oferecia e, assim, recrutava e treinava pessoal entre os médicos (livrescamente) formados pela Escola de Medicina do Rio; ademais, fez do governo da República seu cliente ao apresentar-se, muito oportunamente, como produtor do soro antipestoso. Havendo pessoal treinado e fornecendo respostas para problemas nacionais, o IOC teria criado a sustentação necessária para manter a pesquisa em parasitologia e talvez imunologia e microbiologia. Isto na sua melhor fase, delimitada pela pesquisa de Stepan como o período entre 1908 e 1920.

Como contraexemplo, Nanci evoca o Instituto Bacteriológico de São Paulo que não teria sobrevivido (fundiu-se ao Butantan em 1925) por não ter sido capaz de materializar a dinâmica vencedora e virtuosa do IOC: treinar e recrutar (não havia aqui uma faculdade de medicina; e Adolpho Lutz, o diretor, tinha temperamento difícil e não seria um agregador), ter o Estado como cliente (já que vacinas eram assunto do Vacinogênico e a produção do soro antipestoso ficou para o Instituto Butantan, cuja criação é parte das ações do governo na crise de 1899) e realizar pesquisa científica.

Stepan relata o estancamento do surto de peste bubônica em Santos e São Paulo em 1899-1900 e contrasta-o ao pior desempenho das autoridades da capital federal (ela havia informado que 295 pessoas morreram em 1900 no Rio de peste bubônica; números muito parecidos se repetiram em anos seguintes), mas não reconhece o sucesso de uma articulação que tinha como mote principal não a produção de Ciência, como Stepan atribui aos homens do IOC, mas a concretização de ações consideradas relevantes por aqueles que governavam o Estado e a cidade ou influenciavam seus governos. Parte desta camada atuante era formada por médicos empenhados em acabar com as epidemias por razões de diversas ordens,

desencadeadas pelos interesses dos que plantavam café. Mas também por representações caras a setores mais recentes na vida econômica do Estado – os importadores, os construtores de estradas de ferro, as empresas de infraestrutura de luz, água e esgotos, por exemplo. Para esses setores, a retórica da modernização, fincada em um novo dinamismo da vida urbana, era também motor. A valorização da bacteriologia e a exigência da limpeza são sinais de que essa retórica é uma organizadora da narrativa de *O Estado*, que a compartilha.

Para concretizar o Serviço Sanitário, o governo de São Paulo destinou fundos já no texto da lei que o criou em 1891: 15% do orçamento daquele ano. Para Blount (p. 41), o valor da reserva indica a importância que as autoridades deram ao campo do saneamento e da higiene; e a fundação dos quatro laboratórios mostra "o interesse e o conhecimento das autoridades paulistas nos acontecimentos da revolução bacteriológica na Europa". Nos decretos que foram desdobrando as leis principais, já se estipulava o pessoal, seus vencimentos e reservava-se o montante necessário. Por caminhos tortuosos e por dois governadores, o Estado chegou à estrutura administrativa de 1896, posta à prova pela primeira vez no surto de peste. Responsabilidades do Estado e dos municípios foram sendo dadas, tiradas e devolvidas, desde da primeira lei de 1891 até a partição vigente em 1899, que ganha materialidade nas notícias que *O Estado* dá sobre a peste.

Notícias de Outubro

Na edição de 18 de outubro de 1918, o jornal não imprimiu oficialmente a notícia de que a peste havia chegado a Santos. Só o fez no dia seguinte. Entre um dia e outro, entre uma decisão editorial e outra, uma diferença: ter ou não acontecido o ansiado encontro entre um micróbio Kitasato-Yersin – unzinho que fosse – e o Dr. Adolpho Lutz. Nas palavras do jornal, no lugar mais relevante da edição do dia 19, constava:

A peste em Santos

Infelizmente está confirmada a existência do terrível mal em Santos. O dr Lutz, diretor do Instituto Bacteriológico,

7.
É outro ingrediente do modo de operação da narrativa do jornal: o que é silenciado é aquilo que não se quer desnaturalizar.

que, como hontem noticiámos, desceu ante-hontem para aquella cidade, no trem das 3 e 40 da tarde, acompanhado do dr. Emilio Ribas, diretor do Serviço Sanitário, verificou no cadáver de Sebastiao Chaves, empregado da casa Milone, a existência do micróbio Kitasato-Yersin. As dúvidas que a clínica ainda alimentava foram, pois, desfeitas pela bacteriologia.

Na edição do dia anterior, 18 de outubro, ainda se lamentava que "exames bacteriológicos nada demonstraram" apesar dos sintomas e dos sinais. Por exemplo, crianças com bubões (eles também chamam de adenites) vinham aparecendo no posto médico santista que "a municipalidade mantém para os pobres". Apenas duas ou três morreram, disse um médico a respeito delas, mas por serem de "má constituição". Na opinião desse médico, a doença que acometia as crianças era benigna, já que nas outras crianças, exceto nas de "má constituição", os bubões desapareceram sozinhos. A notícia também contava que vários doentes haviam sido levados ao Hospital de Isolamento, que três haviam falecido, "dois de nacionalidade italiana", um na Santa Casa, com diagnóstico de febre amarela, outro no isolamento.

Apesar disso tudo e a despeito de Emílio Ribas ser citado praticamente admitindo a doença em Santos logo na primeira linha do *Notas e Informações*, ainda assim a verificação bacteriológica, a única infalível para Ribas e, *naturalmente*⁷, para o jornal, ainda não viera. Logo, a peste poderia ter chegado a Santos (este era o discurso do jornal), mas *O Estado*, assim como os maiores especialistas deste Estado responsáveis por manter a ordem sanitária, não confirmariam o fato oficialmente até o micróbio ter a única aparição válida: na objetiva dos microscópios do Serviço Sanitário. Nas entrelinhas, o texto já argumentava que a elusividade do micróbio não poderia ser imputada à falta de dedicação e prontidão especialmente de três homens: Ribas, o diretor do Serviço Sanitário, Lutz, o diretor do Bacteriológico e Vital Brasil, seu auxiliar, que pareciam incansáveis na busca da evidência do micróbio. Com todo o rigor e cuidado, eles observavam ao microscópio culturas obtidas por meio de mais de um tipo de preparação – às vezes do soro retirado por uma agulha de dentro do

8.
Outra limitação deveria ser a qualidade dos microscópios e de suas objetivas.

bubão, às vezes preparado para se manter vivo ao microscópio. Tudo em vão⁸.

O Estado relata sua hipótese sobre como a peste poderia ter chegado a Santos. Teria sido quando aportou na cidade o vapor Rei de Portugal, que zarpara do Porto em 31 de julho. Mas o jornal se pergunta: por que um navio que deixou o porto de Leixões no último dia de julho pôde aportar em Santos? Também perguntou o mesmo o secretário do Interior, Pereira de Queiroz e, por isso escreve ao Ministro do Interior, Epiácio Pessoa, com a intenção de protestar quanto ao fato de o navio não ter sido obrigado pelos navios da Marinha a se desviar para a Ilha das Flores, no Rio de Janeiro. No dia seguinte, registra-se a resposta de Pessoa: O Brasil só exigira a quarentena de navios vindos do Porto a partir do dia 1º de agosto. Ora, sustenta o jornal, a peste no Porto já vinha desde o meio de junho – Portugal adiou o quanto pôde a declaração oficial. De acordo com o texto, quinze ou vinte dias depois da chegada do Rei de Portugal, notou-se grande mortandade de ratos em Santos. O fato foi comunicado a Ribas, que imediatamente desceu a serra com Lutz para iniciar a persistente busca pelo micróbio da peste nos ratos. Nada foi encontrado. Mais uma mortandade, mais buscas e, ainda assim, nada.

No dia 16, a capital enviou para Santos um inspetor sanitário – sempre um médico –, dois enfermeiros, dois serventes, estufa, colchões, ambulância e desinfetantes. No dia 17, mais uma vez, desceram Ribas e Lutz para continuar a busca ao micróbio, que seria malsucedida por ainda mais vinte e quatro horas. Tanto esforço será recompensado. "Hoje", diz o jornal do dia 18, na segunda menção à resistência do microrganismo em mostrar-se propriamente, "espera-se que possam verificar bacteriologicamente se se trata da peste bubônica". A decisão de esperar pelo micróbio fundamentada em uma política ditada com disciplina pela moderna ciência da Bacteriologia deu algum tempo a mais para as autoridades produzirem toda a série de providências e tentarem contornar os problemas que viriam com a oficialização da peste em Santos. E por estar o governo abastecido em suas decisões com os melhores bacteriologistas, então também os mais preparados paulistas, com tranquilidade, sem sobresaltos morais, teriam o direito de denunciar quem pudesse

colocar obstáculos à marcha de São Paulo contra a peste ou objetar às ações das autoridades estaduais – como se verá mais adiante.

Enquanto isso, na capital, o governo do Estado tratava de se abastecer de soro antipestoso para imunizar e para tratar os doentes. O cônsul em Paris consultou o Instituto Pasteur e lá não havia soro em quantidade suficiente. Mesmo assim, o material já havia sido enviado e estava sendo mais procurado. "O governo e a diretoria sanitária, caso se declare a epidemia, contam dominá-la com maior asseio da cidade, isolamento e desinfecções", diz a edição. Esta ainda informa que, entre as providências estaduais, não estará o estabelecimento de um cordão sanitário em torno de Santos, medida tida como inócua pelo Estado e por *O Estado*. Para justificar o ponto de vista, o jornal repetiria algumas vezes: cordões sanitários fariam os ratos rirem, tão ineficientes eram. Em lugar do cordão – e *O Estado* coloca-se incondicionalmente ao lado do governo –, asseio, isolamento e desinfecções.

O que move o Estado?

O que move o Estado não é pergunta que *O Estado* se faça, porque ambos conhecem as respostas que os melhores paulistas têm para dar a ela. Já tem título no clube dos "melhores paulistas" a bacteriologia e seus maiores representantes no Estado: Ribas, Lutz e Vital Brasil. Estes têm status especialíssimo que só o acesso às Ciências lhes dá. Há, em São Paulo, um anseio pela modernização. Na Europa e também na América Latina, foi fácil associar a nova bacteriologia de Pasteur à palavra "moderno". Os resultados da ciência de Pasteur, Lister e Koch enchiam os olhos dos produtores agrícolas na Europa, o que já era bastante. Adicionalmente, essa ciência também oferecia, como diz Stepan, "uma base de conhecimento inteiramente nova para a Medicina". Enquanto se gestava "a nova base" primeiro o Rio de Janeiro, depois São Paulo, vivia-se a prosperidade trazida pelo aumento do consumo mundial do café – fenômeno que fez parte da rápida industrialização na Europa e dos Estados Unidos.

Em São Paulo, a partir da década de 1880, o café começa a marcha para o Oeste; as sacas para venda podem sair de mais longe graças às ferrovias e continuar

chegando a Santos. Para além de plantar café, paulistas de vários tipos se lançaram à importação e exportação, ao comércio de importados nas cidades que se multiplicavam e à criação de fábricas. Esta era agora uma sociedade urbana, em que a pessoalidade característica da sociabilidade tradicional estava dando lugar, crescentemente, à impessoalidade. Richard Graham, da Universidade de Columbia, em *Britain and the Onset of Modernization in Brazil* de 1968, pergunta: há algo mais impessoal do que os contatos sociais em uma estação de estrada de ferro? Outra obra singular que contribui para compor um entendimento da experiência histórica dos paulistas da virada do século é *From Community to Metropolis – A biography of São Paulo, Brazil* (1958). Nele, Richard M. Morse observa que, pela primeira vez na história, havia "multidão" nas ruas da cidade, citação esta muito repetida. Ambos os autores relatam a chegada do moderno sob muitas capas e fantasias desencadeadas pelo inédito volume de dinheiro que passou a circular no Estado. Morse relata o consumo de perfumes franceses, laticínios ingleses, tecidos no Rio de Janeiro no início da República. Respirava-se nas cidades, a julgar por esses textos, uma expectativa de mudança na forma de viver. O asseio, o saneamento, a desinfecção: também se necessitava deles para realizar esse novo ar.

Entre os leitores de *O Estado* e partícipes desse particular clube dos paulistas, tudo isso era óbvio e, talvez por isso, para que mencioná-lo explicitamente? Para que, se no transcorrer das edições da peste, todos os dias, sem falhas, os correspondentes de *O Estado* em Santos e Jundiaí – a ponta da exportação e a ponta da produção – registraram o movimento das sacas de café compradas, vendidas, chegadas, saídas e os rendimentos do dia? A incumbência principal dos correspondentes nas duas pontas da Santos-Jundiaí era fornecer informação de testemunha do movimento de sacas. Para Maria Alice Ribeiro (1993) em *História sem Fim...Inventário da Saúde Pública, São Paulo, 1880-1939*, para garantir a fluidez do movimento de sacas, o Estado de São Paulo lançou-se em uma empreitada sem par no mundo: "fabricar" o mercado de trabalho propício ao café, no lugar da antiquada escravidão, por meio da imigração incentivada de

9.

Aqui, a autora deixa de levar em conta tanto a mundialidade do movimento migratório quanto a mundialidade das epidemias. Ainda em 1912, a cidade de Nápoles escolheu esconder uma epidemia de cólera. A epidemia de peste chegou primeiro ao Paraguai, talvez vinda da Ásia, do que a Santos.

europeus, de forma a manter uma permanente e elevada oferta de mão-de-obra.

Nesse ponto, o Estado inovou: em 1894, uma lei criou a Sociedade do Estado, encarregada de arrebanhar "colonos" europeus para suprir a lavoura. Essa política de atração de imigrantes encontrou na Itália, Espanha e Portugal a vontade de comer. De acordo com a tabela mostrada por Ribeiro (p. 19), entre 1884 e 1889, do total de imigrantes que chegaram a São Paulo, 81% era de italianos, 2,8 % de espanhóis e 12% de portugueses. Entre 1896 e 1900, foram 48% italianos, 11% espanhóis e 5% portugueses. Segundo SKIDMORE (2000 p. 160), entre 1891 e 1900, do total de imigrantes que entraram na Argentina, Brasil, Canadá e Estados Unidos, um total de cerca de 6 milhões de pessoas: os Estados Unidos ficaram com a maior parte, 60%; Brasil e Argentina, entre 15 e 18%; e o Canadá com 6%. Os números mostram que o movimento de populações era mundial.

Ainda que os imigrantes europeus preferirem outros destinos, mesmo assim chegaram em quantidade suficiente para levar a população do Estado de São Paulo de 1,38 milhões, em 1890, para 2,28 milhões, em 1900. São essas milhões de pessoas que, no entender da Maria Alice (1993), impõem ao Estado formador de mercado de trabalho a incumbência do saneamento. A principal marca da insalubridade brasileira estava nas epidemias de febre amarela. De acordo com o raciocínio de Ribeiro, era necessário contê-la para que a notícias das seguidas epidemias não espantasse os imigrantes e atrapalhasse os negócios do café. O que impulsiona o movimento de implantação do Serviço Sanitário em São Paulo é, então, fundamentalmente, o interesse dos cafeicultores em manter a vitalidade da imigração no front externo e, no interno, não dizimar a força de trabalho já instalada⁹.

Embora o destino desejado pelos promotores da vinda de imigrantes fosse a lavoura, muitos deles desistiram do campo e se desviaram para as cidades, ou já vinham designados para a vida nas cidades. Um exemplo é a lei 94, reproduzida abaixo:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar
Departamento de Documentação e Informação

LEI N. 94, DE 14 DE SETEMBRO DE 1892

Autoriza o governo a contractar a introdução de quarenta mil imigrantes

O dr. Bernardino de Campos, Presidente do Estado de S. Paulo:
Faço saber que o Congresso do Estado decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º - E' autorizado o Governo a contractar com a Sociedade Promotora de Immigração, ou com quem melhores condições offerecer, a introdução de quarenta mil (40.000) imigrantes, em familias de procedencia européa, açoriana e canarina.

Artigo 2.º - Além desse numero de imigrantes para a lavoura, o contractante obrigar-se-á a introduzir oito mil operarios e duas mil creadas aptas para serviços domesticos.

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas assim o faça executar.
Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, aos quatorze dias do mez de Setembro de mil oitocentos e noventa e dous.

BERNARDINO DE CAMPOS.
ALFREDO MAIA.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, aos quatorze dias do mez de Setembro de 1892. Miguel Monteiro de Godoy, director geral.

Imagem 3.
Lei 94 de 1892 que autoriza o governo a contratar imigrantes.

Os imigrantes chegavam às cidades e, com eles, traziam problemas urbanos, ou aquilo que Patrick Manson via como o criadouro da peste bubônica nos países quentes: "imundície e acumulação de pessoas". Contra a imundície, voltaram-se as autoridades.

Asseio, isolamento, desinfecções

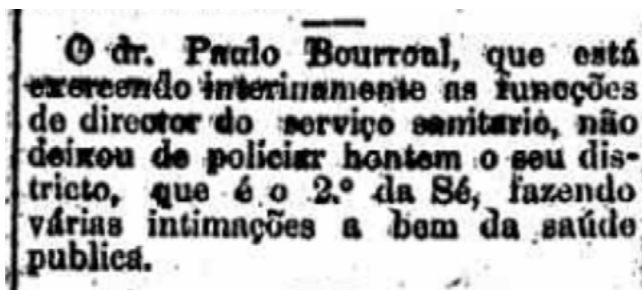
Na narrativa de O Estado, vê-se regularidade e afinco nas ações do poder executivo. Por exemplo, na edição de 20 de outubro de 1918, uma embaixo da outra e todas sob A Peste em Santos, são as seguintes as notícias que relatam ações relacionadas à epidemia:

1. Mandou-se contratar nove inspetores sanitários;
2. Passageiros vindos de Santos serão inspecionados por um médico da estrada de ferro nas estações de Ribeirão Pires e Alto da Serra;
3. Ninguém virá de Santos sem passaporte sanitário; para isso foi nomeado um delegado de polícia encarregado de conceder os passaportes em Santos;
4. Toda pessoa que quiser sair de Santos terá que conseguir seu passaporte com a autoridade policial; e apresenta-lo no embarque e desembarque;

5. 20 praças de cavalaria deslocaram-se para Santos para "ajudar na adoção das medidas";
6. O governo publicou no próprio O Estado edital que permite o pagamento de 200 reis por rato levado para incineração no Desinfetório Central de São Paulo;
7. O chefe da polícia do Estado determinou que os médicos não "verifiquem óbitos" sem exame bacteriológico;
8. Na Capital, o diretor do serviço sanitário em exercício – Ribas estaria inteiramente dedicado à epidemia em Santos – determinou que os inspectores sanitários visitem todos os dias hotéis, casas de pensão, hospedarias;
9. Levando 52 vidros de sêrum (antipestoso) e uma estufa, quatro desinfetadores foram deslocados para Santos;
10. Um telefone direto foi instalado entre a diretoria do serviço sanitário e a comissão sanitária de Santos;
11. Emilio Ribas e Diogo de Faria, o diretor do Desinfetório Central, descem a serra para criar um setor de desinfecção na estação de trem;
12. Governador e prefeito se reúnem para tratar de medidas;
13. Prefeito determina que matadouros, mercados e outros prédios da municipalidade se ponham a matar ratos, "e manter o mais rigoroso asseio dos estabelecimentos";
14. Preparado contendo vírus letal para ratos chegou do Instituto Pasteur e foi enviado ao Mercado Central;
15. Contatos foram feitos para que o Instituto Bacteriológico de Messina, na Itália, remeta soro antipestoso;
16. A Câmara Municipal de Santos autoriza "credito ilimitado" para que o Intendente Municipal disponha dos meios para "evitar a propagação da peste".

O desenrolar das providências é acompanhado nas edições seguintes. O Serviço Sanitário não parava. Na edição datada de 20 de outubro, por exemplo:

Imagem 4.
Trecho de O Estado (1899). O dr. Paulo Bourroul, que está exercendo interinamente as funções de diretor do serviço sanitário, não deixou de policiar hontem o seu districto, que é o 2.º da Sé, fazendo várias intimações a bem da saúde pública.



Notícias detalhadas dessas intimações passam a ser costumeiras nas primeiras páginas. Os redatores ofereceram, na edição de 28 de outubro, o relatório sobre as atividades do dia anterior, uma sexta feira:

Imagem 5.

Trecho de O Estado (1899). Os inspectores de fiscalização da municipalidade, fizeram as seguintes intimações: - Aos proprietários dos prédios ns. 50, 86 e 83 da rua da Gloria, a mandarem collocar nas latrinas caixas de descarga; ao do n. 08 da rua Conselheiro Furtado, a concertar o encanamento e a substituir a bacia da latrina; no do n. 08 a fazer o concerto geral da latrina e a cimentar a área; no do B. 65, a cimentar a área e a latrina; aos dos ns. 67, 69 e 71^a cimentarem a área e a colocar ralo na parte baixa do quintal; aos dos ns. 77, 81 e 88 n concertarem o encanamento e a collocarem nas latrinas caixa de descarga; no do n. 93 a concertar o encanamento das latrinas que na funcionam e aos dos ns. 2 e 4 do largo do S. Paulo a colloarem nas latrinas caixas de descarga; aos dos ns. 59, 55 e 41 da parte baixa do largo do Arouche a mandarem collocar caixas de descarga nas latrinas; no do n. 63 a mandar substituir a bacia da latrina, por estar inutilizada n existente; nos dos ns. 53 e 75 a mandar concertar as caixas das latrinas, no do n. 55 a mandar cimentar a area e a latrina; aos dos ns. 12, 72, 68 e 23 da rua Bento Freitas a mandarem collocar nas latrinas caixas de descarga; nos dos ns. 6, 04, 62 e 1 a mandarem collocar e concertar o cimento das latrinas e áreas; ao do n. 23 a cimentar o porão: aos dos ns. 104, 106, 105, 153, 143, 80-A, 08, 94 e 70 da rua do Ypiranga a mandarem collocar nas latrinas caixas de descarga; no do n. 148 a cimentar a área: ao do n. 80-A a cimentar a latrina, a área e mudar o ralo do exgotto; ao do n. 86 a cimentar a área: ao do n. 103 a indellhar o porão: e no do n. 08 n concertar a caixa de descarga na latrina.

PARTE DO CODIGO SANITARIO.

Os inspectores de fiscalização da municipalidade, fizeram as seguintes intimações: — Aos proprietários dos prédios ns. 50, 86 e 83 da rua da Gloria, a mandarem collocar nas latrinas caixas de descarga; ao do n. 08 da rua Conselheiro Furtado, a concertar o encanamento e a substituir a bacia da latrina; ao do n. 08 a fazer o concerto geral da latrina e a cimentar a área; ao do n. 65, a cimentar a área e a latrina; aos dos ns. 67, 69 e 71 a cimentarem a área e a collocar ralo na parte baixa do quintal; aos dos ns. 77, 81 e 83 a concertarem o encanamento e a collocarem nas latrinas caixas de descarga; ao do n. 93 a concertar o encanamento das latrinas que na funcionam e aos dos ns. 2 e 4 do largo do S. Paulo a collocarem nas latrinas caixas de descarga; aos dos ns. 59, 55 e 41 da parte baixa do largo do Arouche a mandarem collocar caixas de descarga nas latrinas; ao do n. 63 a mandar substituir a bacia da latrina, por estar inutilizada a existente; aos dos ns. 53 e 75 a mandarem concertar as caixas das latrinas, ao do n. 55 a mandar cimentar a área e a latrina; aos dos ns. 12, 72, 68 e 23 da rua Bento Freitas a mandarem collocar nas latrinas caixas de descarga; aos dos ns. 6, 04, 62 e 1 a mandarem collocar e concertar o cimento das latrinas e áreas; ao do n. 23 a cimentar o porão: aos dos ns. 104, 106, 105, 153, 143, 80-A, 08, 94 e 70 da rua do Ypiranga a mandarem collocar nas latrinas caixas de descarga; ao do n. 148 a cimentar a área; ao do n. 80-A a cimentar a latrina, a área e a mudar o ralo do exgotto; ao do n. 86 a cimentar a área; ao do n. 103 a indrellhar o porão: e ao do n. 08 a concertar a caixa de descarga na latrina.

Casa não se cumpram as intimações, aquelles predios serão despejados e fechados.

Garantir a existência das caixas de descargas era importante para que o esgoto não fosse parar diretamente na rua. Outra preocupação sanitária das autoridades:

Imagem 6.

Trecho do O Estado (1899). O sr. dr. prefeito officiou a directoria do Serviço Sanitário pedindo a desinfecção dos cortiços existentes no portão entre os ns. 20 e 31 da rua do Carmo: pedindo que estabeleça a lotação das casas ns. 34 da alameda Antonio Prado, 1, 2, 3, 4, 5, 65, 67, 69, 71, 159 e 111 da alameda Barão de Limeira e 15 e 30 da rua da Moóca.

O sr. dr. prefeito officiou a directoria do Serviço Sanitário pedindo a desinfecção dos cortiços existentes no portão entre os ns. 20 e 31 da rua do Carmo: pedindo que estabeleça a lotação das casas ns. 34 da alameda Antonio Prado, 1, 2, 3, 4, 5, 65, 67, 69, 71, 159 e 111 da alameda Barão de Limeira e 15 e 30 da rua da Moóca.

No dia 26, o jornal enumera as atividades de uma dezena de inspetores sanitários. Um deles:

Imagem 7.

Trecho de O Estado (1899). O inspetor sanitário dr. Teixeira Mendes visitou hontem as casas de ns. 43 a 85 e rua Major Diogo, compreendendo 14 habitações collectivas, cinco vendas, um açougue e duas cocheiras. Foram encontradas casas em más condições hygienicas.

quella alameda.
O inspetor sanitario dr. Teixeira Mendes visitou hontem as casas de ns. 43 a 85 e rua Major Diogo, comprehendendo 14 habitações collectivas, cinco vendas, um açougue e duas cocheiras. Foram encontradas duas casas em más condições hygienicas.
O mesmo dr. inspetor fez oito inspecções

Modo indireto

A cidade – pelo menos a cidade dos pobres – estava sendo revirada pelas exigências do serviço sanitário. Uma consequência: pessoas com sarampo, febre tifóide e outras doenças infecciosas têm a remoção determinada para o Hospital de Isolamento. O Estado imprimiu no dia 28:

Imagem 8.

Trecho de O Estado (1899). Homem foi removido para hospital de isolamento, da casa n.12 da rua Quitanda, um individuo affectado de febre typhoide, acerca de cuja enfermidade tinha sido dada denuncia ao serviço sanitario. – O inspetor sanitario sr. Dr. Ascanio Villas Bóas recebeu hontem comunicação de que havia uma riança atacada de sarampo na casa n. 80 da rua de S. Nicolau. O sr. Dr. Villas Bóas mandou que naquella criança fosse removida para o hospital de isolamento.

Hontem foi removido para o hospital de isolamento, da casa n. 12 da rua da Quitanda, um individuo affectado de febre typhoide, acerca de cuja enfermidade tinha sido dada denuncia ao serviço sanitario.
O inspetor sanitario sr. dr. Ascanio Villas Bóas recebeu hontem comunicação de que havia uma criança atacada de sarampo na casa n. 80 da rua de S. Nicolau.
O sr. dr. Villas Bóas mandou que aquella criança fôsse removida para o hospital de isolamento.

No dia seguinte, em seu papel de contrapor "fatos" a "boatos", os redatores abrem o noticiário da epidemia informando:

Imagem 9.

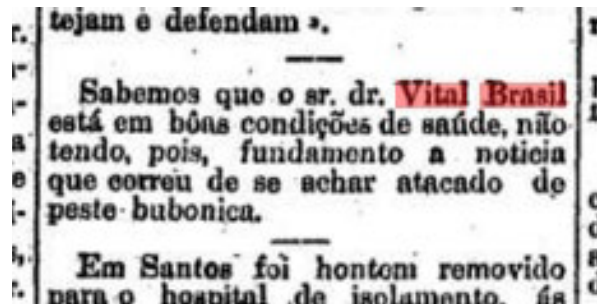
Trecho de O Estado (1899).
Tendocorrido hontem nesta capital o boato de terem sido removidos alguns doentes de peste para o nosso hospital de isolamento, é possível que, conhecida a ordem da directoria da central, que acima publicamos, esse boato tome vulto. Podemos affirmar, porém, não só por informações colhidas na Directoria do serviço Sanitario, como por informações colhidas por nós mesmos nos pontos donde têm sido removidos doentes para o hospital, que esse boato é absolutamente destituído de fundamento. É exacto que nestes últimos dias tem havido numero anormal de remoções. Mas, tal facto é naturalissimo. Qualquer doente de enfermidade, cujos primeiros symptomas se possam confundir com os da peste, é, E DEVE SER, immediatamente removido. Além disto, os inspectores sanitários, nas suas visitas domiciliars, hoje mais frequentes do que eram, encontram doentes de outras enfermidades contagiosas, e estes tambem são logo transportados para o hospital. O motivo do boato falso, por conseguinte, em vez de ser alarmante, é tranquillizador.

Tendo corrido hontem nesta capital o boato de terem sido removidos alguns doentes de peste para o nosso hospital de isolamento, é possível que, conhecida a ordem da directoria da central, que acima publicamos, esse boato tome vulto.

Podemos affirmar, porém, não só por informações colhidas na Directoria do serviço Sanitario, como por informações colhidas por nós mesmos nos pontos donde têm sido removidos doentes para o hospital, que esse boato é absolutamente destituído de fundamento. É exacto que nestes últimos dias tem havido numero anormal de remoções. Mas, tal facto é naturalissimo. Qualquer doente de enfermidade, cujos primeiros symptomas se possam confundir com os da peste, é, E DEVE SER, immediatamente removido. Além disto, os inspectores sanitários, nas suas visitas domiciliars, hoje mais frequentes do que eram, encontram doentes de outras enfermidades contagiosas, e estes tambem são logo transportados para o hospital. O motivo do boato falso, por conseguinte, em vez de ser alarmante, é tranquillizador.

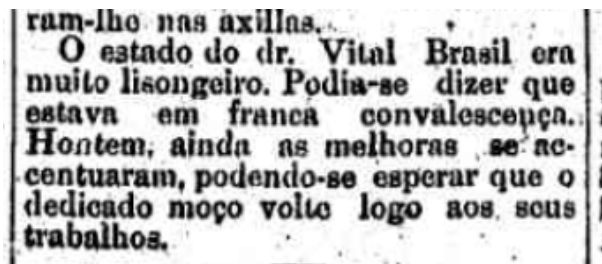
Esse foi o modo indireto pelo qual os redatores do matutino endereçaram a inquietação dos moradores frente à doença que, por séculos, rondou a Europa. Como notou Manson no capítulo traduzido por *O Estado*, a peste nunca havia chegado à América. Outro momento indireto de *O Estado*, sempre no sentido de trazer calma aos leitores, foi o acompanhamento do contágio de Vital Brasil pela peste. No dia 25 de outubro, leu-se:

Imagem 10.
Trecho de *O Estado* (1899). Sabemos que o sr. dr. Vital Brasil está em boas condições de saúde, não tendo, pois, fundamento a notícia que correu de se achar atacado de peste bubônica.



Ocorre que o auxiliar de Lutz contraiu de fato a doença. O jornal nunca emendou a notícia do dia 25. E leu-se no dia 29:

Imagem 11.
Trecho de *O Estado* (1899). O estado do dr. Vital Brasil era muito lisongeiro. Podia-se dizer que estava em franca convalescença. Hontem, ainda as melhoras se acentuaram, podendo-se esperar que o delicado moço volte logo aos seus trabalhos.



O jornal noticia, no dia 31 de outubro, que Vital Brasil está em "franca convalescença". Logo nos primeiros dias de novembro, já será visto escolhendo e inoculando cavalos para começar a fabricação de soro antipestoso na Chácara Butantã, cuja compra para esse fim foi definida pelo governo do Estado.

A peste sobe a serra

No dia 1º de novembro, o jornal confirma o primeiro caso de peste na capital. Relata que na edição do dia anterior

havia noticiado que duas crianças haviam sido internadas no Hospital de Isolamento. Uma delas, "um menino, de nacionalidade italiana, residente à rua Barão de Canindé", provavelmente não tinha a doença, mas a "menina, de cor preta, de 7 anos de idade" que morava com seu pai em um casebre na Estação Sorocabana, esta "infelizmente" tem bubões e "os exames bacteriológicos revelaram a existência do micróbio Kitasato-Yersin", encontrando-se em estado gravíssimo. Embora, segundo o jornal, não seria caso para sustos...

O objetivo de nosso serviço sanitário era a febre amarela, e como esta enfermidade, apesar de ser muito mais devastadora do que a peste, não aterra tanto, o serviço sanitário se organizou com algumas falhas, que hoje pela primeira vez se revelaram. O governo do Estado, porém, está dando prontamente todas as providências e, dentro em pouco, o serviço estará completo. Ficará reduzidos aas suas mínimas proporções o mal cuja invasão não se pode evitar, porque ela, ainda há dois meses, estava fora de todas as previsões; e evitar-se-ao futuras invasões.

O apoio volta a ser incondicional:

Mesmo com algumas falhas, pode-se afirmar que a ação da Diretoria do Serviço Sanitário será eficaz. As maiores exigências da higiene das cidades em situações como esta são: limpeza das ruas e praças, limpeza dos domicílios, abundancia de boa agua, esgotos, rigorosa desinfecção domiciliar, observação isolada de casos suspeitos, e isolamento absoluto dos doentes. Ora, São Paulo é uma cidade limpa, tem boa agua suficiente e esgotos, o serviço de desinfecção é perfeito, e está tudo otimamente aparelhado para observação e isolamento.

Logo a seguir, pelo modo indireto, reporta-se o sentimento na cidade:

(...) de todos os meios de evitar a peste os melhores não são o terror e a fuga. O terror, é sábio, facilita o contágio, e fugir para onde? (...) Quem sabe onde já estará ela? (...).

O jornal segue com noticiário recheado das ações dos melhores paulistas. As notas seguem uma ordem. Escolhida para ser a primeira,

O casebre em que residia a doentinha atacada de peste foi rigorosamente desinfetado e, depois, destelhado para que o sol o invada livremente. Fez-se o mesmo com todos os prédios vizinhos. Toda a família da doentinha, 4 pessoas, está de observação. As roupas foram conduzidas para o Desinfetório Central.

Quer dizer, o que o jornal disse sobre limpeza, isolamento, observação, e desinfecção, tudo estava sendo feito. A nota também informa procedimento similar na casa da Rua Canindé, mesmo que não se esperasse o caso do menino ser peste. A terceira notícia revela a que falha o editorial se referia:

Na Hospedaria de Imigrantes, trabalha-se dia e noite para se começar com a menor demora possível a desinfecção de passageiros vindos de Santos. Em caso de necessidade, a mesma hospedaria será transformada em hospital de observação.

A próxima notícia dá conta da encomenda de soro Yersin em Paris, Roma, Londres, Berlim e Viena. O conteúdo latente da nota é a falta de soro antipestoso, o único produto capaz de dar resposta ao problema; e o segundo parágrafo traz a providência endereçada à falta do soro:

O governo trata de fundar já um instituto sérum-terapico. O dr Emilio Ribas vai hoje ver uma chácara nos arrabaldes desta capital, onde brevemente se poderá fundar aquele indispensável estabelecimento (...).

As notícias seguintes mantêm a mesma linha: relata-se que no dia não houve caso nenhum de peste em São Paulo e que os doentes removidos para o isolamento tinham febre amarela (contraída no Rio de Janeiro), febre tifóide (este morreu) e de varíola (vindo de Jaú). O presidente do Estado comunicou ao presidente da República do "caso de peste na Sorocabana", e o Secretário do Interior

mandou suspender as aulas "dos grupos escolares, das escolas-modelo, da escola normal e escolas anexas" para desinfecção dos edifícios. A Secretaria do Interior passou a funcionar para além das seis da tarde, até hora indeterminada "afim de atender, com toda a presteza, às necessidade que se fizerem sentir por motivo do atual estado sanitário da capital e de Santos". A Secretaria da Justiça também informou que passaria a funcionar à noite. Foram nomeados mais inspetores sanitários comissionados e mais amanuenses.

Tem sido enorme a quantidade de creolina e outros desinfetantes remetidos pelo Laboratório Farmacêutico para diferentes localidades. O expediente nessa repartição, bem como na secretaria do Serviço Sanitário, tem-se prolongado todas as noites, até as 11 horas.

Esse era o tom: O Estado empenhado em mostrar cada uma e todas as providências governamentais; e o governo mostrando serviço.

E que autoridades são essas?

Nesse 1899, as autoridades envolvidas na crise pertenciam todas a um mesmo partido: o Partido Republicano Paulista (PRP) que, para começar, tinha o presidente da República Campos Salles, o presidente do Estado Coronel Prestes e o prefeito da Capital – o primeiro da história de São Paulo – Antônio Prado.

Entre os autores que estudaram o movimento sanitário da primeira República *CASTRO-SANTOS, L. A.. O Pensamento Sanitarista Na Primeira República: Uma Ideologia de Construção Nacional. Dados (Rio de Janeiro), v. 28, n.2, p. 193-210, 1985*, investiga o lugar do PRP no movimento paulista de implantação de um serviço sanitário. Uma característica importante que Santos enfatiza é a capacidade que o partido teve de materializar suas políticas e, no caso particular da saúde pública, construir o sistema que O Estado mostra em ação. O "movimento sanitaria" da 1ª República é, no entendimento de Santos, uma das formas que toma o crescimento do poder do Estado na materialização do ideário e das expectativas da República. Esse fortalecimento do Estado tem

10.
Na análise de Castro Santos (1987), o PRP é visto como uma estrutura burocrática que, como tal, tem interesses próprios, além de veicular interesses de outras forças políticas.

seu momento maior, de acordo com esse autor, quando o Serviço Sanitário penetra no interior das propriedades de café, estendendo sua soberania para o território das oligarquias mais conservadoras. Esse momento, também estudado por Gilberto Hochmann, se apresenta já nas décadas do século XX.

Na crise da peste, o PRP é a mão invisível, a estrutura raramente mencionada na primeira página do jornal, que concilia interesses¹⁰ e cimenta a alianças entre os setores econômicos paulistas. O momento em que o Estado estará forte o suficiente para impor aos fazendeiros a penetração de seu braço da saúde pública nas propriedades do café – o que foi feito, na análise de Santos, por meio das correntes de transmissão políticas do PRP – está adiante no tempo. O que se vê na crise da peste é a solidez do PRP. São seus homens nos governos que põem em movimento a política sanitária e dão a ela existência e materialidade. As autoridades determinam, mandam fiscalizar, garantem o cumprimento das normas, contratam, buscam preços de pulverizadores, compram ingredientes para preparar venenos e desinfetantes, apoiando em tudo o Serviço Sanitário e dando a ele as melhores condições possíveis para a execução da tarefa de coibir a epidemia. Essa é a política do PRP, pois é ela que melhor atende ao bom andamento dos negócios. Como tal, a presença do partido é óbvia e não carece de ser evidenciada. Para Santos, a implantação do sistema sanitário deve ser vista como parte do processo maior de modernização conservadora pelo qual passaram São Paulo e o Brasil. Um aspecto do processo é a apropriação privada, feita por intermédio do partido, de um aparato montado pelo setor público.

Entra em cena Luiz Pereira Barreto

No dia 3 de novembro, *O Estado* abre a coluna principal de sua primeira página para Luiz Pereira Barreto. Paulo Cesar oferece contornos biográficos dele. Positivista muito antes da República, graduado em Medicina na Bélgica em 1864 e, embora nascido no Rio, veio se estabelecer em São Paulo, onde logo se integra "in the political and scientific milieu of the Paulista Capital". Em 1891, passou a fazer parte da comissão executiva do PRP, sendo eleito

11.
Silva, MRB, 2014, p. 107: ao lado de Sergio Meira, diretor de Higiene de 1891 e 1893, e Mathias de Vihena Valadão, clínico e médico do Instituto Pasteur e da Santa Casa. Tudo isso em 1895. Silva observa, mais adiante, que este é o momento em que aumenta a quantidade de médicos funcionários do Estado.

presidente do Senado Estadual, além de ter participado da redação da primeira Constituição do Estado.

Nas primeiras décadas da República, Pereira Barreto empenhou-se em muitas causas – inclusive nas campanhas contra epidemias. Mais velho que Emílio Ribas, era frequentemente procurado pelo diretor do Serviço Sanitário para aconselhamento. Quando os médicos de São Paulo fundaram a Sociedade de Medicina e Cirurgia, esteve entre seus principais idealizadores¹¹. Em seus múltiplos papéis – intelectual, médico, membro dirigente do PRP e sanitarista –, é ele quem vem a público no dia 3 de novembro para se pronunciar aos paulistas.

Sob o título A PESTE BUBÔNICA, que chegou de volta para ocupar *A Peste em Santos* desde a eclosão do "caso da Sorocabana", Pereira Barreto começa por estabelecer dois tipos de epidemias: as de tifo, de febre amarela ou de cólera; e a de peste bubônica. Ele pergunta e responde em que elas se distinguem: às primeiras, um governo com dinheiro é capaz de fazer frente; à segunda, o governo é impotente sem a participação dos particulares. Ou o sistema – o governo – falhou, pois não impediu a peste de vencer o isolamento de Santos. Mas falhou por não prever que não o faria sem a ajuda de todos: "É preciso que governo e particulares combinem todas as suas energias e convirjam todos os esforços para um único alvo – a salvação pública"

E por que precisaríamos ser salvos? Porque....

*A peste bubônica não é uma moléstia como qualquer outra. Essa epidemia é uma humilhação. Corre-nos o dever de esmagar em seu nascedouro essa moléstia vergonhosa. É uma questão de dignidade. Suporta-se o croup, suporta-se o cólera, suporta-se mesmo a febre amarela: mas, a peste só provoca no mundo inteiro um único sentimento: o da indignação! **Um povo pestiferado é um povo decaído** (negrito nosso).*

Recado dado: nada poderia ser pior do que a peste. O que quer Pereira Barreto, o que precisa o governo dos particulares? É fácil:

*Sabemos positivamente que o agente capital na transmissão da peste é o rato. E não é o rato por si que é o grande culpado: são as pulgas que o acompanham. Secundariamente são ainda transmissores da peste os percevejos, os bichos de pé, os piolhos, os pernilongos e as moscas. Está claro, portanto, que um tal cortejo significa simplesmente uma grande desídia nos cuidados de asseio da casa. **A peste não entra em casa aseada** (negrito do autor).*

Mais à frente: "Cada casa precisa ser desinfetada a fundo, a fim de extinguir as pulgas e afugentar os ratos."

O que vem a seguir no texto sugere uma lista de produtos úteis para matar bichos: creolina, ácido fênico, clorureto de cal e até água fervente. No meio da lista, pede ao Legislativo que retire as taxas de importação de alguns desses produtos para ficarem mais baratos. Em seguida, o luminar do PRP conclui:

Não esqueçamos que estamos apenas no começo da epidemia e que ainda é tempo de aniquilá-la, se todos quiserem pôr mãos à obra emprestar de boa vontade o seu indispensável concurso.

Todo esse discurso deixa aberto o espaço para que, em caso de o governo não conter a epidemia, já ter à mão seu bode expiatório: a falta de empenho do conjunto dos paulistas nas tarefas particulares de saneamento que lhes caberia. Para estimular a caça aos ratos, o governo reiterou, em novembro, a medida que havia tomado a partir de outubro: pagar uma certa quantia por rato morto e levado ao Desinfetório Central para ser incinerado. No lançamento do incentivo, o governo pagava 200 réis por rato morto; a partir de novembro, o preço seria 400 réis. O número de ratos incinerados por dia, que *O Estado* estampava como mais uma das realizações do governo, cresceu. Passou do patamar médio de 200 para 300 ratos por dia, o que parece irrisório. O positivista e pragmático Pereira Barretto, aqui, soa ingênuo.

Antes, porém, ao chamar atenção para a necessidade de uma "salvação nacional", o político fazia um alerta: uma epidemia de peste em São Paulo seria a antesala de muitos desastres em várias frentes: no movimento

das sacas de café, a que se interporiam grandes obstáculos; na reiteração da imagem do Brasil como insalubre (aquela que Pereira Barreto fora líder em tentar mudar), o que era péssimo para o cafeicultor, mas também para quem operava importação e exportação; e na possibilidade de pânico e fugas em massa, o que ameaçaria a estabilidade dos trabalhadores à disposição da lavoura, de todos os serviços típicos das cidades e dos operários da industrialização nascente. Ainda havia tempo, disse ele, se todos se empenhassem. "É preciso que se forme no Estado de São Paulo uma opinião de tal modo forte que constitua uma tirania, uma santa tirania, exigindo de cada um o cumprimento do dever", escreveu em outro ponto.

Considerações finais

Para nós, em meio a três epidemias simultâneas em 2016, os resultados da epidemia de peste são conhecidos e tranquilizadores: doença benigna, notificados não mais que 30 óbitos, mortos em geral de sobrenomes desconhecidos. Para quem esteve vivo naqueles dias, só havia incertezas: sobre se haveria comida para abastecer Santos, já que a navegação de cabotagem estava proibida; se os imigrantes em viagem teriam como chegar a São Paulo com o porto de Santos declarado infeccionado; se a notícia da peste sacudiria o mercado do café, a renda dos cafeicultores e dos negócios à sua volta. O Serviço Sanitário agia muito, o que não substituía o recurso escasso. Havia pouco soro antipestoso e Vital Brasil não levaria menos de três meses para aprontar a primeira partilha, além de que muitas dúvidas cercavam sua eficácia, sendo que o soro Yersin estava em debate. A peste, em si, permanecia poderosa. Ao enfrentá-la nos laboratórios, até mesmo os maiores especialistas se puseram em risco. Além de Vital Brasil ter caído doente, Oswaldo Cruz, quando esteve em Santos para informar o governo federal sobre o surto e também ficou vários dias sob suspeita. O Serviço Sanitário entrou no enfrentamento da peste bubônica como quem iria enfrentar a febre amarela e, por isso, embora tenha prometido, não conseguiria pôr em funcionamento os banhos de desinfecção na Hospedaria dos Imigrantes.

Depois que a doentinha de peste apareceu em São Paulo, Emílio Ribas encomendou a manufatura de dez mil passaportes. Se o número indica algo sobre o que o diretor do Serviço Sanitário pensava ter à frente, os dias entre 18 de outubro de 1899 e 14 de fevereiro de 1900, quando a epidemia foi declarada extinta, devem ter sido angustiantes para quem lia e escrevia em *O Estado de São Paulo*. A peste, tinha avisado Pereira Barreto, não era uma moléstia como outra qualquer. E o jornal atribuiu a si o papel de formar "uma opinião de tal modo forte que constitua uma tirania, uma santa tirania": a de salvar o Estado de São Paulo da ruína da peste. Ruína para a desejada modernidade (conservadora) paulista, para os negócios, para a imagem do Brasil perante si mesmo e no exterior.

Fonte Primária

Acervo do jornal O Estado de São Paulo Outubro de 1899-janeiro de 1990. Acervo Estadão - O Estado de S. Paulo (estadao.com.br) palavra chave "peste bubônica"

Referências Bibliográficas

- BLOUNT, J. A. A administração da saúde pública no Estado de São Paulo: o serviço sanitário, 1892-1918. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 40-48, out/dez 1972.
- CASTRO SANTOS, L.A .Poder, Ideologias e Saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In Hochman, Gilberto (org). Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.
- CASTRO SANTOS, LA. Power, Ideology and Public Health in Brazil, 1889-1930, Tese(Doutorado) - Harvard University, Cambridge,1987.
- CASTRO-SANTOS, L. A.. O Pensamento Sanitarista Na Primeira República: Uma Ideologia de Construção Nacional. Dados (Rio de Janeiro), v. 28, n.2, p. 193-210, 1985.
- GRAHAM, Richard . Britain & the Onset of Modernization in Brazil 1850-1914. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.
- HOCHMAN, G. A era do Saneamento, as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Anpocs, Hucitec, 1998.
- MORSE, Richard M. From Community to Metropolis: A biography of São Paulo, Brazil. Florida:University of Florida, 1958
- RIBEIRO, M.A.R. História sem Fim...Inventário da Saúde Pública. São Paulo, 1880-1930. São .Paulo: Ed Unesp, 1993.

- SCHARTZMAN, Simon . Formação da Comunidade Científica no Brasil. São Paulo: Editora Nacional; Rio de Janeiro Financiadora de Estudos e Projetos, 1979.
- SILVA, M. R. B. O Laboratório e a República: saúde pública, ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo (1891-1933). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.
- SKDIMORE, T.E. Uma História do Brasil (3ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- STEPAN, Nancy. Gênese e Evolução da Ciência Brasileira : Oswaldo Cruz e a Política de Investigação Científica e Médica. São Paulo: Editora artenova/Fiocruz, 1976.

